

DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS POR COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

DETERMINANTS OF THE DISCLOSURE OF PROVISIONS AND CONTINGENCIES BY COMPANIES LISTED ON THE BM&FBOVESPA

ISLANE VIDAL FONTELES¹ | CICERO PHILIP SOARES DO NASCIMENTO² |
VERA MARIA RODRIGUES PONTE³ | SÍLVIA MARIA DIAS PEDRO REBOUÇAS⁴

RESUMO

O presente estudo aborda a evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa, considerando como prováveis determinantes as variáveis tamanho, setor de atividade, segmento de listagem, rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira. Trata-se de pesquisa teórico-empírica, de natureza quali-quantitativa. A amostra reúne 308 companhias, examinando-se suas notas explicativas do exercício de 2010. A coleta de dados empregou metodologia baseada em métrica definida a partir dos itens determinados no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes –, com análise por meio de regressão linear múltipla. Os resultados indicaram a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25. Conclui-se que a evidenciação de provisões e contingências é influenciada positivamente pelas variáveis setor de atividade (energia elétrica, eletroeletrônicos, comércio, minerais não metálicos e telecomunicações), tamanho e rentabilidade; e negativamente por liquidez, setor de atividade (construção) e segmento de listagem (tradicional).

Palavras-chave: Provisões. Contingências. Disclosure.

ABSTRACT

This study analyzes the disclosure of provisions and contingencies of the companies listed on the BM&FBovespa, considering as probable determinants the variables size, sector of activity, listing segment, profitability, debt, liquidity and financial leverage. This is an study of nature theoretical, empirical, qualitative and quantitative. The sample gathered 308 companies, by examining the notes to Financial Statements for the year 2010. The data collection employed methodology based on metrics defined on the basis of certain items in CPC 25 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets, with analysis by multiple linear regression. The results indicated the presence of ancient accounting practices and the consequent inadequacy of the CPC 25 by the companies. It is concluded that the disclosure of provisions and contingencies is positively influenced by the variables: sector of activity (electricity, electronics, trade, non-metallic minerals and telecommunications), size and profitability, and negatively by the variables: liquidity, sector of activity (construction) and segment listing (traditional).

Keywords: Provisions. Contingencies. Disclosure.

Data de submissão: 09/07/2012. Data de aceite: 03/08/2014. Data de publicação: 17/11/2014

¹ Mestranda em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (2010).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Universidade Federal do Ceará. Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria e vice-coordenadora do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria. Editora adjunta da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.

⁴ Possui doutorado em Estatística e Investigação Operacional pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É professora adjunta na Faculdade

1 INTRODUÇÃO

A demanda informacional impulsionada pela integração dos mercados atua como catalisadora das práticas de evidenciação de informações, entendendo-se que estas não devem unicamente circunscrever-se à evidenciação determinada por lei, mas, sobretudo, priorizar a veiculação de informações capazes de subsidiar decisões por parte dos stakeholders.

Sob a perspectiva da Teoria do Disclosure Discrecionário, a divulgação de informações caracteriza-se como um processo endógeno, no qual se torna possível o exame de incentivos que recaem sobre os gestores, podendo determinar maior evidenciação voluntária de informações (VERRECCHIA, 2001; SALOTTI; YAMAMOTO, 2005). Na visão de Dye (2001), tomando-se como norte a perspectiva de racionalidade econômica, a Teoria do Disclosure Discrecionário atua como facilitadora da verificação de circunstâncias em que os gestores estariam dispostos a divulgar determinadas informações.

Sobre a verificação de circunstâncias propícias à evidenciação de informações, apresentadas por Dye (2001), e os incentivos à evidenciação, tratados por Verrecchia (2001) e Salotti e Yamamoto (2005), observam-se diversos estudos nacionais e estrangeiros que procuram discutir fatores determinantes do disclosure, como os de Patel, Balic e Bwakira (2002), Murcia e Santos (2009), Lima e Pereira (2011), Conceição et al. (2011) e Zonatto et al. (2011). Esses estudos são centrados na determinação de características econômico-financeiras como prováveis determinantes da evidenciação.

De maneira análoga, os estudos de Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011), Mapurunga et al. (2011) e Meneses, Ponte e Mapurunga (2011) utilizaram o CPC como documento de análise, verificando que, não obstante o caráter compulsório da divulgação, esta foi influenciada por características econômico-financeiras das empresas.

Observou-se que, embora haja diversos estudos que discutem os condicionantes da evidenciação em companhias listadas na BM&FBovespa, nota-se uma lacuna no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas que tenham como objetivo a análise dos determinantes do disclosure no tocante às determinações do CPC 25, que contempla diretrizes para a evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Nesse sentido, a circunstância apresentada como ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo estaria ligada à adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC, 2009) – por companhias listadas na BM&FBovespa. De caráter obrigatório, o CPC 25 tem vigência recente, ensejando assim pesquisas no sentido de investigar se suas práticas de evidenciação vêm sendo efetivamente cumpridas pelas companhias.

Destacam-se como significativos os de estudos voltados para a análise do contexto da divulgação de informações relativas a provisões e contingências, por se tratar de elementos com características de riscos e incertezas subjacentes (OLIVEIRA, 2007). Da mesma forma, nos estudos citados, a evidenciação de informações relativas a provisões e contingências também pode estar ligada a características econômico-financeiras.

Diante do exposto, elegeu-se para o presente estudo a seguinte questão de pesquisa: Quais os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa?

A presente pesquisa tem como objetivo geral, portanto, analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de estudo teórico-empírico, de caráter descritivo, com pesquisa de natureza quali-quantitativa. A amostra da pesquisa reúne 308 companhias, examinando-se as notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria do Disclosure Discrecionário

Disclosure deriva da palavra disclose, significando o ato de divulgar, evidenciar, tornar algo evidente, público. No âmbito corporativo, o termo disclosure está ligado ao conceito de transparência corporativa, relacionado à evidenciação de informações, que tanto pode ser obrigatória, quando exigida em leis, contratos ou normativos; como voluntária ou discrecionária, quando se trata de informações suplementares (MURCIA et al., 2010).

Nesse sentido, o disclosure obrigatório se faz presente por força da legislação, como meio garantidor de mais confiabilidade e padronização das informações divulgadas, assegurando-se que sejam supridas as necessidades informacionais dos usuários (GONÇALVES; OTT, 2002). Todavia, quando voluntário, o disclosure não se caracteriza, essencialmente, pela presença de regulamentos norteadores de suas práticas, de maneira que a divulgação de informações suplementares pode ser percebida como uma possível vantagem competitiva, além de vantagens como a redução de riscos e a volatilidade das ações (MURCIA et al., 2010).

Procianoy e Rocha (2002) explicitam que as decisões de investimento são tomadas com base na quantidade e na qualidade das informações corporativas disponibilizadas para o mercado. Todavia, o dispêndio com a produção de informações de qualidade, a proteção de informações de natureza estratégica, o receio de questionamentos jurídicos e o controle de custos terminam por levar as empresas a

divulgar apenas o exigido por lei (DANTAS et al., 2005).

Sob esse aspecto, Scott (2009) ressalta que, tomando como base a economia da informação, algumas partes, em transações comerciais, podem possuir informações mais vantajosas em relação a outras, caracterizando-se, então, uma assimetria de informações. Isso ocorre porque os gestores possuem informações sobre as reais condições da empresa, bem como acerca de suas perspectivas de curto, médio e longo prazos. Assim, pode-se gerar um comportamento oportunístico pela polarização das informações, ou de sua gerência, em relação ao conteúdo informacional evidenciado para os investidores, como forma de valorizar as ações (SCOTT, 2009).

A evidenciação de informações seguras e tempestivas deve possibilitar aos usuários uma avaliação de aspectos empresariais, como a condição financeira, o desempenho nos negócios, o perfil de risco e as práticas de gerenciamento (DANTAS et al., 2005). Nesse contexto, a Teoria do Disclosure Discricionário se aplica à divulgação de informações financeiras (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005).

Verrecchia (2001) classifica os vários modelos que tratam do assunto em três amplas categorias de pesquisa sobre disclosure em contabilidade: a divulgação baseada na associação (association-based disclosure), que investiga os efeitos decorrentes da divulgação nos agentes, como as alterações nas ações dos investidores; a divulgação baseada em julgamento (discretionary-based disclosure), que investiga os motivos que levam os gestores a divulgar as informações; e a divulgação baseada na eficiência (efficiency-based disclosure), que investiga a existência do disclosure ideal, que seria preferido incondicionalmente.

Levando-se em conta que, segundo Salotti e Yamamoto (2005), na Teoria do Disclosure Discricionário a divulgação de informações pode ser considerada um processo endógeno, possibilitando examinar os incentivos que os gestores e as empresas recebem para divulgar informações, o presente estudo se enquadra no grupo daqueles que investigam a divulgação baseada no julgamento (discretionary-based disclosure), em consonância com a afirmação de Dye (2001) de que o disclosure pode ser estudado como um apêndice da Teoria dos Jogos, segundo a qual a entidade divulgará informações à medida que isso lhe seja favorável.

Destaca-se que, a despeito de tratar da divulgação de informações voluntárias, a categoria de pesquisa discretionary-based disclosure pode ser utilizada para examinar os incentivos que os gestores e as empresas recebem para divulgar informações obrigatórias, quando, pelo baixo enforcement do país, a aplicação da lei é fraca, e as empresas usam discricionariedade na divulgação de informações obrigatórias (VERRECCHIA, 2001).

Tomando-se por base o discretionary-based disclosure, e levando-se em conta as transformações nas formas de evidenciação das informações contábeis brasileiras com o advento do processo de convergências com os padrões internacionais, cabe uma discussão acerca do

disclosure na perspectiva do Pronunciamento Técnico CPC 25, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC, 2009).

2.2 Disclosure de provisões e contingências

De acordo com o CPC 25 (CPC, 2009), as provisões são conceituadas como um passivo que possui prazo de exigibilidade ou valor do desembolso futuro incerto, tendo a incerteza como característica diferencial em relação aos demais passivos. Segundo Churriaque (1985), são passivos estimados, que surgem quando há certeza da ocorrência do fato, com pagamento futuro. Passivos derivados de apropriação por competência (accruals), por exemplo, também possuem grau de incerteza, porém reduzido se comparados às provisões.

Também objeto de análise do CPC 25, a contingência é percebida quando passivos e ativos não são reconhecidos, pelo fato de a existência depender de um ou mais eventos futuros incertos, que não estejam totalmente sob o controle da instituição (CHURIAQUE, 1985; FIPECAFI, 2010).

Dessa forma, as provisões e as contingências podem ser provenientes tanto de obrigações legais, a exemplo de um contrato, como de obrigações não formalizadas mas amplamente praticadas pela entidade, como uma política de garantias e trocas (ERNEST & YOUNG, 2010; FIPECAFI, 2010).

O CPC 25 trata ainda da contingência ativa e da contingência passiva, afirmando que, quanto à evidenciação de informações relativas às provisões e aos passivos contingentes, a divulgação em notas explicativas não deve ocorrer somente quando for considerada remota a probabilidade de desembolso. Já os ativos contingentes somente deixarão de ser evidenciados quando não for provável (remota) a ocorrência da entrada de recursos na companhia (CPC, 2009; FIPECAFI, 2010).

Nesse sentido, o disclosure de provisões e contingências tem como ponto de partida o ambiente em que atua as companhias, com investidores conferindo maior risco sistemático a ativos com poucas informações do que a ativos com muitas informações (HANDA; LINN, 1993).

As classificações de probabilidades de ocorrência são condicionantes para o reconhecimento de alguns elementos contábeis, incluindo as provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes, tratados no CPC 25, elaborado com vistas à convergência para a norma internacional IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets –, do International Accounting Standards Board (IASB). Assim, um evento é considerado remoto quando a probabilidade de sua ocorrência é muito pequena ou irrisória. Quando considerado possível, o evento tem baixa probabilidade de ocorrência, não sendo suficientemente forte a possibilidade de

ocorrência. Já quando é provável a ocorrência de um evento, significa que há mais certeza de sua ocorrência.

Nota-se que, à exceção das ocorrências de remota possibilidade para provisões e passivos contingentes, e não prováveis para ativos contingentes, todos os eventos

devem ser detalhados em notas explicativas. O CPC 25 define o que obrigatoriamente as empresas devem evidenciar em relação às provisões e às contingências, nos casos em que forem aplicáveis, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Elementos a serem divulgados, segundo o CPC 25

Provisões
<ul style="list-style-type: none"> • Os valores contábeis do início e do fim do período. • Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes. • Valores utilizados e não utilizados revertidos (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período. • O aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. • Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada classe de provisões. • Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, para cada classe de provisões. • O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado, para cada classe de provisões.
Passivos contingentes
<ul style="list-style-type: none"> • Para cada classe de passivos contingentes na data do balanço. • Uma breve descrição da natureza do passivo contingente. • A estimativa do seu efeito financeiro. • A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída. • A possibilidade de qualquer reembolso.
Ativos contingentes
<ul style="list-style-type: none"> • Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros.

Fonte: adaptado de CPC (2009).

Diante da obrigatoriedade de evidenciação sobre provisões e contingências nos casos estabelecidos no CPC 25 (Quadro 1), observa-se o universo de informações que devem ser divulgadas para o mercado, bem como o seu poder informacional, qualitativa e quantitativamente, que pode ditar as decisões de investimento (PROCIANOY; ROCHA, 2002).

Acebes e Lequericaonandía (2003) ressaltam a importância do devido registro e divulgação das provisões, quando dizem que um dos itens que mais caracterizam a empresa manipuladora é a falta de reconhecimento de provisões. Sob esse aspecto, a prática de gerenciamento de resultados pode prejudicar a qualidade informacional contábil, acarretando prejuízos para os usuários, ao não apresentar a real situação econômico-financeira da companhia (NARDI et al., 2009).

Entretanto, considerando-se a incipiência na evidenciação dos itens discriminados no quadro 1, há ainda o aspecto dos incentivos que os gestores e as empresas recebem para divulgá-los (DYE, 2001; SALOTTI; YAMAMOTO, 2005).

2.3 Estudos anteriores sobre condicionantes da evidenciação

Sobre estudos relacionados ao disclosure, vários autores apontam a importância da evidenciação de informações, independentemente de sua natureza, se obrigatória ou voluntária, por contribuir para subsidiar decisões mais acertadas e reduzir a assimetria informacional (MURCIA; SANTOS, 2009; CRUZ; LIMA, 2010; DANTAS et al., 2010; URQUIZA; NAVARRO; TROMBETTA, 2010; LIMA; PEREIRA, 2011; ZONATTO et al., 2011). Em diversos contextos e aplicações, os fatores condicionantes do disclosure têm sido amplamente discutidos em estudos acadêmicos nacionais e estrangeiros. Tais estudos tentam associar as práticas de evidenciação com as circunstâncias ou incentivos presentes no contexto organizacional, que poderiam determinar a evidenciação de diversos elementos que concorrem para melhorar a capacidade informacional das organizações (DYE, 2001; VERRECCHIA, 2001; SALOTTI; YAMAMOTO, 2005). Dessa

forma, tomando-se por base os constructos apresentados na literatura empírica sobre evidenciação, a presente pesquisa identificou variáveis que, no contexto ora investigado, provavelmente determinariam a evidenciação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes.

Ao pesquisar os fatores condicionantes do disclosure voluntário das companhias abertas no País, Murcia e Santos (2009) relacionaram-no com as variáveis auditoria, rentabilidade, internacionalização, tamanho, governança corporativa, endividamento, controle acionário, emissão de ações e setor de atividade – encontrando evidências de que as variáveis tamanho, setor de atividade (com destaque para o setor elétrico), internacionalização e governança corporativa contribuem para elevar o nível de disclosure voluntário.

A evidenciação em empresas de um setor específico, como energia elétrica, foi estudada por Zonatto et al. (2011), que desenvolveram pesquisa para encontrar fatores condicionantes da adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil, utilizando como variáveis a origem do controle, o tamanho, a necessidade de financiamento, o endividamento total, a imobilização do patrimônio líquido e a sua rentabilidade. Os resultados demonstraram que o tamanho, a necessidade de financiamento, o endividamento total e a imobilização e a rentabilidade do patrimônio líquido são os itens que explicam melhor o índice de observância das práticas de convergência.

Lima e Pereira (2011) verificaram a associação entre índices de disclosure e características corporativas das instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil, utilizando como variáveis independentes o tamanho, a localização, a alavancagem, a gratuidade, os benefícios fiscais e a subvenção. Concluíram que há associação significativa apenas entre os níveis de disclosure e as características corporativas gratuidade e subvenção.

Conceição et al. (2011) estudaram os fatores condicionantes do disclosure com foco na responsabilidade social corporativa, utilizando 22 variáveis. Após a redução das variáveis em cinco fatores (1 – Componentes da riqueza líquida distribuída; 2 – Componentes de desempenho em vendas e fluxo de caixa; 3 – Componentes de origem dos recursos; 4 – Componentes de liquidez; 5 – Componentes do Ativo), foi possível estabelecer uma relação significativa entre o desempenho econômico-financeiro e social e o disclosure.

No contexto internacional, Patel, Balic e Bwakira (2002) estudaram os níveis de disclosure em empresas de países emergentes, utilizando as variáveis país, evolução histórica e setor econômico. Concluiu-se que os mercados da Ásia e da África do Sul têm níveis significativamente mais elevados de transparência e divulgação em comparação, por exemplo, com a América Latina, o Leste Europeu e o Oriente Médio.

Especificamente sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, há o estudo de Oliveira (2007), que investigou o tema em 500 empresas

portuguesas. Os resultados indicaram o não cumprimento da IAS 37 no contexto investigado, já que os registros de provisões para riscos e encargos ou passivos contingentes e ativos contingentes não atendem aos requisitos de reconhecimento da norma. Além disso, nem todos os procedimentos de divulgação foram cumpridos.

Destaca-se, também, o estudo realizado em 2011 pela Ernest & Young em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), que analisou aspectos inerentes aos CPCs e à adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) nas demonstrações contábeis de 56 empresas do Brasil. No tocante ao CPC 25, o estudo evidenciou que a maior parte das provisões é proveniente de obrigação decorrente de processos judiciais, além da baixa divulgação sobre ativos contingentes (ERNEST & YOUNG; FIPECAFI, 2011).

As evidências empíricas apresentadas nesta pesquisa reforçam a necessidade de desenvolvimento de outros tópicos subjacentes de discussão, voltados para o estudo da evidenciação em companhias brasileiras. Partindo desse diagnóstico, a presente pesquisa traz para análise os determinantes do disclosure sob a perspectiva das determinações do CPC 25, que contempla diretrizes para a evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A evidenciação desses itens, embora obrigatória, é ainda incipiente, necessitando, portanto, de estudos direcionados para a investigação acerca de sua prática pelas companhias.

3 METODOLOGIA

Levando-se em conta que o presente estudo tem como objetivo geral analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias brasileiras, este se caracteriza como qualiquantitativo, empregando procedimentos qualitativos na coleta das informações, como a análise de conteúdo das notas explicativas das empresas da amostra, e instrumentos estatísticos na análise dos dados, configurando-se, dessa forma, uma interligação de instâncias entre os métodos na coleta de dados e na análise da informação (RICHARDSON et al., 2008).

Foram analisadas 308 empresas com títulos negociados na BM&FBovespa, desconsiderando-se as instituições financeiras, por serem sujeitas a normativos específicos, assim como as companhias com notas explicativas e dados não disponíveis no Economática®. Foi analisado o exercício de 2010, primeiro ano de aplicação obrigatória do normativo sobre provisões e contingências.

Para a análise das notas explicativas das empresas, montou-se um instrumento de coleta com 21 itens de evidenciação, concebidos a partir dos itens de divulgação do CPC 25. Assim, para cada item evidenciado, foi atribuído o valor 1 (um) quando a informação requerida estava presente na nota explicativa, e o valor 0 (zero) no caso contrário.

Considerando-se as próprias orientações do CPC 25, alguns dos 21 itens selecionados para coleta dos dados foram considerados não aplicáveis, em duas situações, a saber: (a) quando a companhia justificou como remota a probabilidade de ocorrência de qualquer desembolso na liquidação dos passivos contingentes; e (b) quando a companhia justificou como não provável a entrada de benefícios econômicos para os ativos contingentes.

Para a condução do estudo, utilizou-se a pesquisa documental como fonte primária de pesquisa, para identificar as informações divulgadas pelas empresas. Para a coleta de dados, realizou-se análise de conteúdo das notas explicativas das companhias, objetivando atestar o cumprimento das exigências de divulgação impostas para provisões e contingências, atribuindo-se um Índice de Disclosure para cada empresa investigada. Esse índice foi obtido calculando-se a razão entre o número de itens divulgados por cada empresa e o correspondente número de itens a ela aplicáveis.

Na sequência, foram analisadas a relação, a intensidade e a capacidade de influência de variáveis econômicas sobre o Índice de Disclosure, por meio de regressão linear múltipla, para analisar os determinantes (variáveis independentes) do Índice de Disclosure de provisões e contingências (variável explicada). Como variáveis independentes, destacam-se aquelas apresentadas como possíveis determinantes da evidenciação de provisões e contingências, conforme discutido em pesquisas anteriores, apresentadas no referencial teórico. A operacionalização de tais variáveis, bem como a sua base teórica, é apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis independentes selecionadas para o estudo

Variável	Legenda	Proxy	Impacto no Disclosure	Fundamentação	Fonte
Tamanho	TAM	Log do Ativo Total	+	Murcia e Santos (2009) Cruz e Lima (2010) Dantas et al. (2010) Zonatto et al. (2011)	Economática*
Setor de atividade	SET	Critérios de classificação setorial segundo a BM&Fbovespa	+	Murcia e Santos (2009)	Economática*
Segmento de listagem	NGOV	Critérios de segmentação segundo a BM&Fbovespa	+	Murcia e Santos (2009)	BM&Fbovespa
Rentabilidade	RENT	Retorno sobre o Patrimônio (ROE) = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	+	Dantas et al., (2010) Zonatto et al. (2011)	Economática*
Endividamento	ENDIV	ENDIV = (Passivo Oneroso / Ativo Total) x 100	+	Zonatto et al. (2011)	Economática*
Liquidez	LIQ	LIQ = Ativo não Circulante / Passivo não Circulante	-	Victor, Carlin e Wrubel (2009)	Economática*
Alavancagem financeira	ALAV	ALAV = Dívida financeira total / Passivo Total	+	Guerra, Fernandes e Lomoulier (2009)	Economática*

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da revisão de literatura.

O quadro 2 traz uma síntese das evidências empíricas que serviram de base para (i) a identificação das características econômico-financeiras, que, por sua vez, funcionam como variáveis de pesquisa; (ii) a operacionalização que possibilita chegar às variáveis pretendidas; (iii) a fonte da qual foram extraídos os dados para a

construção das variáveis, como o sistema Economática® e o website da BM&FBovespa; e (iv) os possíveis impactos no Índice de Disclosure. As variáveis setor de atividade (SET) e segmento de listagem (NGOV) foram incluídas no modelo em forma de variáveis mudas. Para a entrada de variáveis, foi utilizado o método Stepwise, que considera apenas as variáveis significativas, descartando as demais.

Os dados foram estruturados em planilha Microsoft Excel®. Posteriormente, procedeu-se à análise, com o auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 19.

4 RESULTADOS

4.1 Características das provisões e das contingências evidenciadas pelas companhias listadas na BM&FBovespa

Quanto às características das provisões e das contingências evidenciadas pelas companhias investigadas, observou-se que, das 308 empresas da amostra, 247 (80%) fazem uso da expressão provisão para as perdas com créditos de liquidação duvidosa, observando-se a falta de rigor na implantação das novas práticas contábeis. Na verdade, a utilização do termo provisão para qualquer obrigação ou redução do Ativo é uma antiga atecnia amplamente difundida entre os profissionais de contabilidade (FIPECAFI, 2010).

Ademais, constatou-se que 158 companhias ainda utilizam o termo provisão para accruals que representam passivos derivados de apropriações por competência. Os accruals são caracterizados como obrigações já existentes, registradas no período de competência, não havendo grau de incerteza relevante, podendo ser caracterizados como passivos genuínos, e não como provisões (FIPECAFI, 2010). Dentre as situações de uso inadequado do termo provisão pelas companhias abertas, destacam-se as seguintes: provisão para imposto de renda e contribuição social, provisão para férias, provisão para dividendos, provisão para participação nos lucros e provisão para encargos trabalhistas.

Foi encontrada também a utilização do termo provisão para contas retificadoras de ativos, como, por exemplo, provisão para obsolescência de estoques. Essas incorreções derivam de práticas contábeis antigas, e que certamente ainda demandarão tempo para serem abolidas.

Apesar dos antigos costumes, algumas empresas demonstram que vêm caminhando para uma adequação à supracitada norma. A literatura destaca como exemplos de provisões e contingências algumas obrigações legais, como contrato, obrigações não formalizadas mas amplamente praticadas pela entidade e política de garantias e trocas (FIPECAFI, 2010; ERNEST & YOUNG, 2011). Dentre as causas da constituição de provisões, observou-se que são mais frequentes aquelas decorrentes de deman-

das judiciais, envolvendo processos cíveis, trabalhistas e tributários. Contudo, deixaram de ser evidenciados outros tipos de provisão e/ou fatos que provocariam impacto na imagem da empresa e em seus resultados, como garantias prestadas, penalidades decorrentes de danos ambientais e cobertura de defeitos de fabricação.

Sobressai a congruência dos resultados alcançados com estudos anteriores. As empresas apresentaram práticas semelhantes às reportadas nos estudos de

Oliveira (2007), quanto ao não alinhamento às normas internacionais, e de Ernest & Young (2010) e Fipecafi (2011), quanto ao tipo de provisão mais recorrente nas companhias, decorrente de processos judiciais.

Dessa forma, na análise preliminar das características das provisões e das contingências, em consonância com o CPC 25, observa-se que, embora a adoção deste tenha caráter obrigatório desde 2010, as companhias investigadas ainda adotam práticas contábeis antigas.

4.2 Características da evidênciação de provisões e contingências

Após a análise qualitativa das provisões e das contingências, procedeu-se à análise descritiva e compa-

rativa das variáveis estudadas e do Índice de Disclosure, cujos resultados são explicitados na tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis quantitativas

		Índice de Disclosure	Tamanho	Rentabilidade	Endividamento	Liquidez	Alavancagem financeira
N	Válidos	308	308	308	308	308	308
	Omissos	0	0	0	0	0	0
Média		0,3211	6,1436	0,0400	65,5292	8,0424	0,4078
Mediana		0,3300	6,2182	0,0254	24,3000	1,9727	0,4453
Moda		0,4400	0,3010	-0,7790	,0000	0,0000	0,0000
Desvio-padrão		0,1667	0,9466	0,1447	535,1132	41,9736	0,2472
Mínimo		0,0000	0,3010	-0,7790	0,0000	0,0000	0,0000
Máximo		0,6100	8,7363	1,7675	9213,3000	595,2233	0,9124
Percentis	25	0,2200	5,6956	0,0056	10,1000	1,3236	0,2037
	50	0,3300	6,2182	0,0254	24,3000	1,9727	0,4453
	75	0,4400	6,6965	0,0493	37,7750	3,0518	0,5972

Fonte: elaborada pelos autores.

A partir da tabela 1, a análise descritiva permite verificar que, em média, as empresas estudadas são de grande porte e se concentram em tamanhos semelhantes. Para ser definida como de grande porte, a empresa deve ter Ativo Total de pelo menos R\$ 240 milhões ou receita bruta anual igual ou superior a R\$ 300 milhões (BRASIL, 2007).

É possível constatar também o baixo nível de evidênciação, já que o valor máximo atingido pelo Índice de Disclosure foi 0,61 – significando dizer que apenas 61% dos itens foram divulgados pela respectiva companhia. Para se analisar a sua relação com o setor de atividade, o Índice de Disclosure foi dividido em intervalos definidos pelos quartis, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Índice de Disclosure segregado em intervalos interquartílicos

Intervalo	Índice de Disclosure
1º	0,00 – 0,22
2º	0,23 – 0,33
3º	0,34 – 0,44
4º	0,45 – 0,61

Fonte: elaborada pelos autores.

DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS POR
COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Os intervalos foram distribuídos em ordem crescente de divulgação, sendo o 1º intervalo o de menor divulgação e o 4º intervalo o de maior divulgação. Procedimento semelhante foi adotado nos estudos de Murcia (2009).

Definidos a partir dos quartis dos Índices de Disclosure de cada setor, esses intervalos possibilitaram identificar o nível de divulgação em que está inserido cada setor. A tabela 3 apresenta a frequência de empresas nos intervalos definidos.

Tabela 3 – Distribuição das empresas por intervalo do Índice de Disclosure

Setor	Número de empresas				
	1º Intervalo	2º Intervalo	3º Intervalo	4º Intervalo	Total
Agro e Pesca	0	2	1	0	3
Alimentos e Bebidas	6	2	4	3	15
Comércio	3	3	7	4	17
Construção	15	10	1	0	26
Eletroeletrônicos	1	2	1	2	6
Energia Elétrica	4	2	17	18	41
Máquinas Indústria	1	3	1	0	5
Mineração	0	3	0	0	3
Minerais não Metálicos	2	0	0	2	4
Papel e Celulose	1	2	1	1	5
Petróleo e Gás	3	0	2	1	6
Química	2	7	3	0	12
Siderurgia e Metalurgia	12	5	5	1	23
Software e Dados	0	0	2	2	4
Telecomunicações	1	0	3	8	12
Têxtil	9	14	3	0	26
Transporte e Serviços	2	2	8	2	14
Veículos e Peças	7	7	4	0	18
Outros	27	9	13	19	68
Total	96	73	76	63	308

Fonte: elaborada pelos autores.

Na análise de segmentos específicos, observa-se que os setores Comércio, Energia Elétrica e Telecomunicações concentram os maiores números de empresas no mais elevado nível de evidenciação. Os resultados são congruentes com os achados de Murcia e Santos (2009) e Zonatto et al. (2011), que apontaram o setor de energia elétrica como o de maior transparência. Constata-se, também, que os setores com riscos inerentes às suas atividades, como Mineração, Química e Petróleo e Gás, não apresentam elevados níveis de evidenciação.

Torna-se precípuo que boas práticas de governança corporativa devem seguir os princípios da transparência (disclosure), da equidade, da prestação de contas (accountability) e da responsabilidade corporativa. Logo, espera-se que as empresas em níveis diferenciados de governança corporativa pratiquem mais disclosure. Assim, a evidenciação de informações também foi analisada em relação ao segmento de listagem de cada companhia. A tabela 4 apresenta a análise descritiva do Índice de Disclosure por segmento de listagem.

Tabela 4 – Análise descritiva do Índice de Disclosure por segmento de listagem

Segmento	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Nível 1	26	0,1700	0,6100	0,3942	0,1135
Nível 2	10	0,2800	0,5000	0,4380	0,0706
Novo Mercado	102	0,000	0,6100	0,3494	0,1474
Demais empresas	170	0,000	0,6100	0,2860	0,1788

Fonte: elaborada pelos autores.

Na tabela 4, observa-se que as empresas do Nível 1 e do Nível 2 apresentaram as maiores médias de itens divulgados, o que não era esperado, já que, por força regulamentar, o enquadramento no Novo Mercado requer, e ao mesmo tempo impõe, maior nível de evidenciação. Contudo, observou-se que, na média, as empresas listadas nos três níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa apresentam Índices de Disclosure mais elevados quando comparadas com as demais empresas, corroborando os achados de Murcia e Santos (2009).

4.3 Análise dos fatores determinantes da evidenciação de provisões e contingências

Com o objetivo de investigar os possíveis determinantes da evidenciação de provisões e contingências pelas companhias listadas na BM&FBovespa, recorreu-se à análise de regressão, investigando-se a dependência estatística do Índice de Disclosure em relação às variáveis independentes, selecionadas a partir das evidências de estudos anteriores, conforme destacado no tópico referente à metodologia. Assim, a partir do uso do método Stepwise de seleção de variáveis, foi possível determinar dez possíveis modelos estatísticos, apresentando-se na tabela 5 o modelo selecionado.

Tabela 5 – Modelo de regressão ajustado

R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão estimado	Durbin-Watson
0,719	0,517	0,51	0,1178	2,0958

Preditoras: (Constante), tamanho, liquidez, setor_construção, setor_energia elétrica, setor_telecomunicações, segmento_tradicional, setor_eletroeletrônico, setor_comércio, setor_minerais não metálicos e rentabilidade. Variável dependente: Índice de Disclosure.

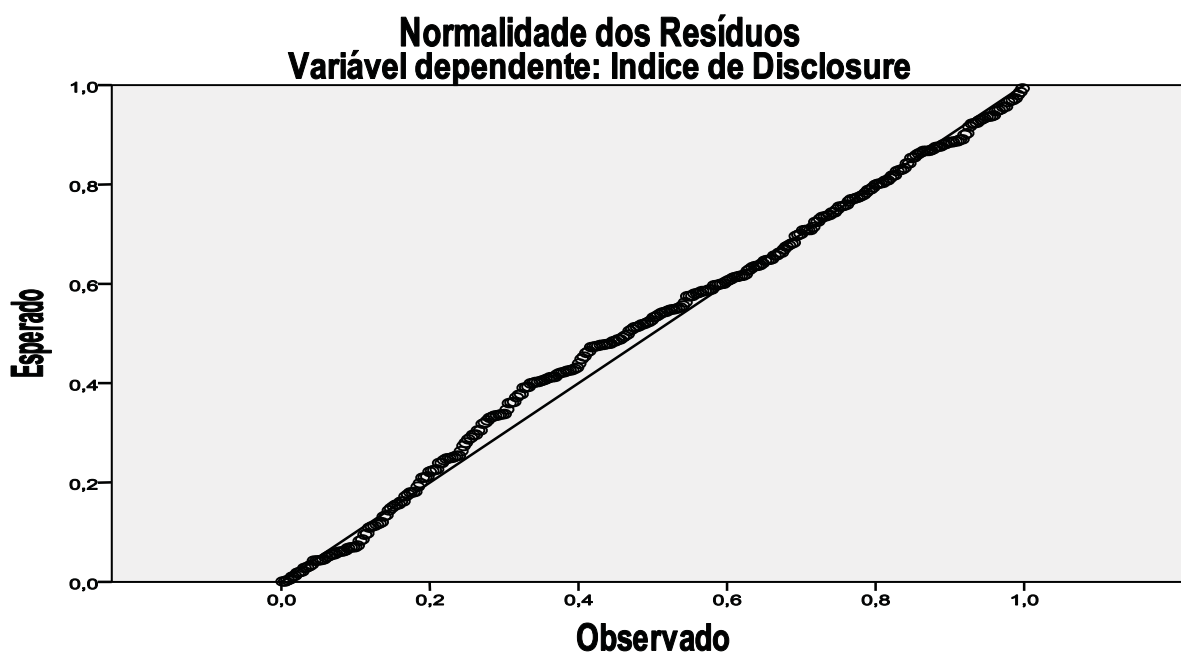
Fonte: elaborada pelos autores.

Foi selecionado o modelo com maior variabilidade explicada, maior significância e menor número de variáveis excluídas. Quanto ao coeficiente de determinação (R²) do modelo de regressão selecionado, apresentado na tabela 5, infere-se que 51,7% da variância do Índice de Disclosure são explicados pelas variáveis tamanho, liquidez, setor_construção, setor_energia elétrica, setor_telecomunicações, segmento_tradicional, setor_eletroeletrônico, setor_comércio, setor_minerais não metálicos e rentabi-

lidade. Vale destacar que o modelo apresentou um bom poder explicativo, registrando-se um R² ajustado de 51%.

O teste de Durbin Watson permitiu verificar a independência dos resíduos, um pressuposto para a realização de regressão linear. Esse teste apresentou valor próximo de 2, indicando que não há autocorrelação entre os resíduos; logo, há independência entre estes (MARO-CO, 2003). A normalidade dos resíduos, outro pressuposto da regressão linear, pode ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Normalidade dos resíduos



Fonte: Dados da pesquisa.

No gráfico 1, a normalidade dos resíduos pode ser percebida pela constatação de que a maioria dos pontos se localiza sobre a reta. A tabela 6 apresenta o teste F, necessário para validar a significância do modelo selecionado.

Tabela 6 – Análise das significâncias do modelo

	Soma dos quadrados	DF	Média dos quadrados	F	F
Regressão	4,413	10	0,441	31,779	0,000
Residual	4,124	297	0,014		
Total	8,537	307			

Preditoras: (Constante), tamanho, liquidez, setor_construção, setor_energia elétrica, setor_telecomunicações, segmento_tradicional, setor_eletrônico, setor_comércio, setor_minerais não metálicos e rentabilidade. Variável dependente: Índice de Disclosure.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 6, observa-se que, quanto à aderência aos dados, o modelo se revelou significativo ao nível de 5%. O teste F verifica se pelo menos um dos coeficientes estimados é estatisticamente diferente de zero, indicando que a

alteração em pelo menos uma das variáveis independentes causa alteração na variável dependente (FÁVERO et al., 2009). Os coeficientes que formam a equação do modelo de regressão selecionado são dispostos na tabela 7.

Tabela 7 – Coeficientes do modelo de regressão selecionado

	Coeficiente não estandardizado		Coeficiente estandardizado	t	Valor p	Colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
(Constant)	-0,262	0,056		-4,721	0,000		
Tamanho	0,096	0,008	0,544	11,450	0,000	0,720	1,389
Liquidez	-0,001	0,000	-0,226	-5,581	0,000	0,989	1,011
Setor_construção	-0,103	0,025	-0,173	-4,192	0,000	0,957	1,045
Setor_energia elétrica	0,085	0,021	0,174	4,014	0,000	0,866	1,154
Setor_telecomunicações	0,119	0,037	0,139	3,208	0,001	0,872	1,147
Segmento_tradicional	-0,031	0,016	-0,092	-1,968	0,050	0,747	1,338
Setor_eletroeletrônico	0,108	0,049	0,090	2,200	0,029	0,981	1,019
Setor_comércio	0,068	0,030	0,094	2,289	0,023	0,969	1,0132
Setor_minerais não metálicos	0,123	0,060	0,084	2,056	0,041	0,985	1,016
Rentabilidade	0,094	0,047	0,082	1,988	0,048	0,968	1,033

Variável dependente: Índice de Disclosure.

Fonte: elaborada pelos autores.

A tabela 7 apresenta os coeficientes e a significância das variáveis independentes. Os coeficientes estimados (B) indicam a relação entre as variáveis, enquanto o valor p indica a significância das variáveis. Observa-se que o valor p é menor que o nível de significância de 5%, confirmando que o Índice de Disclosure relativo às provisões e contingências é influenciado pelas variáveis tamanho, liquidez, setor_construção, setor_energia elétrica, setor_telecomunicações, segmento_tradicional, setor_eletroeletrônico, setor_comércio, setor_minerais não metálicos e rentabilidade, as quais se revelaram significantes.

O último pressuposto de regressão diz respeito à ausência de multicolinearidade, segundo o qual as variáveis independentes não devem ser correlacionadas. Os testes de Fator de Inflação da Variância (VIF) e de Tolerância, presentes na tabela 7, confirmaram a ausência de

multicolinearidade entre as variáveis independentes, indicando a adequação do modelo de regressão selecionado.

Além disso, a regressão indica que o tamanho corporativo, a rentabilidade e o fato de pertencer aos setores de energia elétrica, de telecomunicações, de eletroeletrônicos, de comércio e de materiais não metálicos influenciam positivamente o Índice de Disclosure, ao passo que a liquidez das empresas, o fato de pertencer ao setor de construção e ao segmento de listagem tradicional influenciam negativamente o referido índice. Tem-se assim a seguinte equação para o modelo:

$$\text{Índice de disclosure} = -0,262 + 0,096\text{tamanho} - 0,001\text{liquidez} - 0,103\text{setor_construção} + 0,085\text{setor_energia elétrica} + 0,119\text{setor_telecomunicações} - 0,031\text{segmento_tradicional} + 0,108\text{setor_eletroeletrônico} + 0,068\text{setor_comércio} + 0,123\text{setor_minerais não metálicos} + 0,094\text{rentabilidade}$$

5 CONCLUSÃO

O CPC 25, que traz diretrizes para a evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, apresenta-se como instrumento capaz de reduzir a assimetria informacional inerente aos riscos e incertezas característicos desses elementos. Entretanto, embora a adoção do CPC 25 tenha caráter obrigatório, é possível que os incentivos e os elementos circunstanciais atuem como força motriz e, assim, determinem a adoção das práticas de evidenciação preconizadas. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa.

Verificou-se que as companhias ainda utilizam de forma inapropriada o termo provisão para referenciar passivos e elementos redutores de ativos. Exemplo disso é o uso frequente do termo para as perdas com créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações contábeis das empresas da amostra, evidenciando a falta de rigor na implantação das novas práticas contábeis. Outra constatação diz respeito à caracterização de accruals como provisões, prática também verificada em boa parte das demonstrações examinadas.

Dessa forma, o estudo sugere ainda não haver aderência das demonstrações contábeis das companhias às orientações do CPC 25, indicando a necessidade de mais atuação dos órgãos reguladores e fiscalizadores. Deve-se destacar, contudo, que a adoção das IFRS pelas companhias teve grandes impactos nas suas práticas contábeis e que o tempo para ajuste dos procedimentos contábeis foi muito curto, podendo ser esse um dos fatores condicionadores da realidade observada.

A presente pesquisa indica baixo grau de cumprimento das orientações de divulgação do CPC 25 – na média, as empresas da amostra evidenciaram apenas 32% dos itens requeridos no normativo. A não observância das recomendações de evidenciação de passivos contingentes por companhias de capital aberto é também apontada nos estudos de Farias (2006) e Caetano et al. (2010), que investigaram as empresas do setor petroquímico e do setor de papel e celulose. O citado estudo indicou que nem todas as firmas elaboram notas explicativas sobre passivos

contingentes, de maneira que o grau de divulgação em notas explicativas vem sendo insuficiente para esclarecer aspectos mínimos exigidos pela legislação e normas de contabilidade (FARIAS, 2006; CAETANO et al., 2010).

Assim, o estudo sugere que, no atual cenário, a divulgação das informações sobre provisões e contingências, apesar do caráter obrigatório, tem sido tratada de forma discricionária pelas companhias.

Na análise dos determinantes da evidenciação de provisões e contingências pelas companhias listadas na BM&FBovespa, constatou-se que o Índice de Disclosure relativo às provisões e contingências é influenciado pelos setores de energia elétrica, eletroeletrônicos, comércio, minerais não metálicos e telecomunicações, além do tamanho e da rentabilidade das empresas, porquanto se apresentaram significantes. Entretanto, o Índice de Disclosure mostrou-se negativamente sensível à liquidez das empresas, ao setor de construção e ao segmento de listagem tradicional.

A pesquisa aponta que as companhias maiores, pertencentes aos setores de energia elétrica e telecomunicações, divulgam mais informações relativas às provisões e contingências, enquanto as empresas com alta liquidez, presentes no setor de construção e no segmento de listagem tradicional, tendem a praticar o disclosure de informações de forma menos intensa.

Os resultados desta pesquisa corroboram aqueles obtidos por Murcia e Santos (2009), Cruz e Lima (2010), Dantas et al. (2010) e Zonatto et al. (2011) no que diz respeito à relação positiva entre a evidenciação e o tamanho da empresa. Entretanto, contrariam os achados de Victor, Carlin e Wrubel (2009) em relação ao impacto positivo da liquidez na evidenciação.

Como limitação da pesquisa, ressalta-se que, entre as 379 companhias investigadas, algumas não apresentavam dados no Economática® ou não disponibilizavam as notas explicativas, de modo a viabilizar a análise proposta, o que reduziu a amostra da pesquisa para 308 companhias.

Com vistas a pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos que analisem a evidenciação dessas provisões e contingências nas companhias brasileiras em momentos futuros, quando a aplicação dos pronunciamentos do CPC estiver mais consolidada.

REFERÊNCIAS

- ACEBES, M. C. R.; LEQUERICAONANDÍA, M. B. V. La manipulación contable: el perfil de las empresas manipuladoras. *Revista Partida Doble*, n. 143, p. 1-12, 2003.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1>. Acesso em: 28 jan. 2012.
- CAETANO, T. P. et al. Evidenciação do passivo contingencial nas demonstrações contábeis: um estudo nas empresas de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010. CD- ROM.
- CHURIAQUE, J. I. M. Contabilidad y contingencias empresariales. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, v. 15, n. 46, p. 157-182, 1985.
- CONCEIÇÃO, S. H. et al. Fatores determinantes no disclosure em responsabilidade social corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. *Revista Gestão & Produção*, v. 18, n. 3, p. 461-472, 2011.
- COSTA, J. A.; YAMAMOTO, M. M.; THEÓPHILO, C. R.. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2011. CD- ROM.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 1 out. 2011.
- CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar. 2010.
- DANTAS, J. A. et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *E & G – Economia e Gestão*, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.
- _____ et al. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 21, n. 52, jan./abr. 2010.
- DYE, R. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 181-235, 2001.
- ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. v. 2. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____; _____. IFRS: 1º ano – análise sobre a adoção inicial do IFRS no Brasil 2011. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/\\$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- FARIAS, M. R. S. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006. CD- ROM.
- FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, O.; OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 26., 2002, Salvador. Anais... Salvador: Anpad, 2002. CD-ROM.
- GUERRA, M.; FERNANDES, N. A. C.; LAMOUNIER, W. M. Análise de um modelo para cálculo do nível de disclosure voluntário. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 12., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo, 2009. CD-ROM.
- HANDA, P.; LINN, S. C. Arbitrage pricing with estimation risk. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 28, n. 1, p. 81-100, mar. 1993.
- LIMA, E. M.; PEREIRA, A. Associação entre índices de disclosure e características corporativas das instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil – IESFB. *Revista de Contabilidade e Organizações – RCO*, v. 5, n. 12, p. 23-48, 2011.
- MAPURUNGA, P. V. R. et al. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 22, n. 57, p. 263-278, 2011.

DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS POR
COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

- MAROCO, J. Análise estatística – com utilização do SPSS. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2003.
- MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA; P. V. R. Disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 5., 2011, Vitória. Anais... Vitória: Anpcont, 2011. CD- ROM.
- MURCIA, F. D. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.
- _____; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC, v. 3, n. 2, p. 72-95, maio/ago. 2009.
- _____ et al. Impacto do nível de disclosure corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010. CD- ROM.
- NARDI, P. C. C. et al. A relação entre gerenciamento de resultados contábeis e o custo de capital das companhias abertas brasileiras. Revista Universo Contábil, FURB, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 6-26, out./dez. 2009.
- OLIVEIRA, J. S. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. Revista Contabilidade e Gestão, n. 4, p. 19-66, 2007.
- PATEL, S. A.; BALIC, A.; BWAKIRA, L. Measuring transparency and disclosure at firm level in emerging markets. Emerging Markets Review, n. 3, p. 325-337, 2002.
- PROCIANOY, J. L.; ROCHA, C. F. P. Disclosure das companhias abertas: um estudo exploratório do departamento de relações com investidores. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. Anais... Salvador: Anpad, 2002. CD-ROM.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SALOTTI, B.; YAMAMOTO, M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. Brazilian Business Review, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.
- SCOTT, W. R. Financial accounting theory. 5. ed. Toronto: Prentice Hall, 2009.
- URQUIZA, F. B.; NAVARRO, M. C. A.; TROMBETTA, M. Disclosure theories and disclosure measures. Revista Española de Financiación Y Contabilidad, v. 39, n. 147, p. 393-415, jul./set. 2010
- VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. Journal of Accounting and Economics, v. 32, p. 97-180, 2001.
- VICTOR, F. G.; CARLIN, D. O.; WRUBEL, F. Determinantes do nível de disclosure das empresas participantes do 9º Prêmio Abrasca e suas características de governança corporativa. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, n. 139, p. 54-65, 2009.
- ZONATTO, V. C. S. et al. Fatores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação em empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. Revista de Contabilidade e Organizações – RCO, v. 5, n. 12, p. 26-47, 2011.